



STRATEGOS



OLMA

TEMA: “ Contingenciamento dos recursos da Educação e os impactos na manutenção e funcionamento das instituições de ensino do país ”.

Câmara dos Deputados
Comissão de Legislação Participativa - CLP, Anexo II,
Plenário 03

22 de Maio de 2019. Início: 15:39, término 17:46.

A audiência foi presidida pelo presidente da comissão, deputado Leonardo Monteiro (PT/MG). Weber Gomes de Sousa, Coordenador-Geral de Planejamento e Orçamento das Instituições Federais de Ensino, representando o Ministério da Educação (MEC). Em sua fala, afirma que o MEC nos últimos anos optou por um modelo de expansão - principalmente da educação superior - que aumentou os gastos públicos, pois presumia o crescimento econômico do país, e que essa expansão tende a ser economicamente inviável. Afirma também que o cenário econômico atual demanda um ajuste de despesas e gastos dessas instituições, ao menos no primeiro semestre, pois no segundo semestre espera-se uma maior liberação de recursos. Ele propõe novos modelos de gestão e o ampliação da autonomia econômica orçamentaria das universidades e institutos federais por meio da inclusão da iniciativa privada, o setor produtivo, e cooperações no financiamento que hoje é totalmente estatal.

Eduardo Ferreira, Assessor da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, inicia sua fala argumentando que devemos pensar em outras alternativas para enfrentar o déficit orçamentário, encontrar novas receitas, e não atuar somente com cortes e contingenciamentos. Ele relembra que O PNE foi aprovado em 2014 pelo Congresso e indicou a necessidade de um percentual de quase 10% de um PIB de no mínimo 5 trilhões para financiar a





educação básica e o ensino superior, ou seja, que fosse investido anualmente cerca de 500 bilhões de reais na Educação. Hoje ainda estamos muito longe disso, apenas 6% do PIB é investido na Educação, e apesar disso o Ministro Paulo Guedes propõe uma retração ainda maior até chegarmos à 4,5%. Ele comenta que é necessário se pensar novos recursos no financiamento da educação, mas que as parcerias público/privadas não são suficientes.

Eduardo afirma que o governo atual não quer enfrentar uma questão histórica no Brasil: a justiça fiscal e tributária. Ele comenta da PEC 65 que em uma das emendas sugere passar a se tributar lucros e dividendos de 19 mil brasileiros que auferem lucros mensais acima de R\$ 320 mil mensais, só essa medida de tributação geraria algo em torno de 120 bilhões por ano, ou seja em 10 anos o déficit da Previdência seria superada. Existindo ainda várias outras formas de contribuição, como por exemplo revogar a isenção de impostos de mais de 1 trilhão dadas à petrolíferas (em sua maioria estrangeiras) que atuarão no Pré-Sal. Ou seja, para ele quem tem condições financeiras de contribuir não quer pagar impostos e quem não tem está sendo convocado a perder direitos para suprir o déficit.

